

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL

PÁG: 1 de 9

TERMO DE FOMENTO TF-23/2024-SEJUS • PLANO DE TRABALHO № 123

DADOS E INFORMAÇÕES DA OSC					
NOME DA OSC: INSTITUTO PENSAR SAUDE - IPES					
ENDEREÇO COMPLETO: Quadra Eqnp 10/14 Bloco B SN Lote 1/2/3/4/5/6 •					
CNPJ: 29.903.037/0001-01					
RA: Ceilandia Sul (ceilandia)		UF: DF CEP: ##.##-#a		CEP: ##.###-###	
SITE, BLOG, OUTROS:					
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: Kati	a Constanti	ino Ximango			
CARGO: Presidente					
RG: Órgão		Órgão expedidor:		CPF: ***. 159.801- **	
	ACOM	IPANHAMENTO DA I	PARCERIA		
RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DA PARCERIA::					
FUNÇÃO NA PARCERIA: acompanhante					
CPF:	RG:		Órgão expedidor:		
TELEFONE:					
EMAIL DO RESPONSÁVEL:					
EMENDA PARLAMENTAR/AÇÃO PPA					
Nº 02103.01 / 2024 • OFÍCIO № 11737 AÇÃO: 9107 - Apoio a projetos sociais tm no DF - SUB-AÇÃO: 391					

VALOR TOTAL

R\$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)

DESCRIÇÃO DO PROJETO

TITULO DO PROJETO:

PERÍODO DE EXECUÇÃO

INÍCIO: 12-12-2024 TÉRMINO: 10-12-2025

OBJETO

Realizar encontros informativos/educativos e triagens de acuidade visual nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, localizadas na região administrativa de Ceilândia, visando a produção do autocuidado, a promoção da cidadania e da inclusão social do público alvo - crianças e adolescentes na perspectiva da promoção e prevenção de agravos prevalentes na idade escolar tendo como meta, 3816 participantes por meio do projeto - Educar Para a Cidadania, no Distrito Federal.

APRESENTAÇÃO

O INSTITUTO PENSAR SAÚDE - IPES, foi criado na comunidade de Ceilândia, Região Administrativa do Distrito Federal, com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, e tem como finalidade a execução de políticas de promoção e proteção integral dos direitos humanos de crianças, adolescentes, jovens e seus familiares vulneralizados pela pobreza, abandono e exclusão social. Fundada em 2016, o IPES tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários através das ações do projeto Crescer Feliz, Saúde e Cidadania, Pense Antes Juventude e Viver Bem Mulher em Ceilândia-DF. Também realizou diversas ações junto ao equipamento público - CEU da ARTES da QNR 2, na realização de atendimentos clínico de saúde as crianças e seus familiares do projeto Guarda Mirim Ambiental de Ceilândia - GMAC levantando também o perfil

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL





TERMO DE FOMENTO TF-23/2024-SEJUS • PLANO DE TRABALHO № 123

socioeconômico de seu público direto para encaminhamento as políticas públicas do Distrito Federal. Nestes mais de 07 anos de existência, o IPES tem desenvolvido diversas atividades na comunidade de Ceilândia e do Distrito Federal, a fim de contribuir com a inclusão social e a inserção do conhecimento, de modo a alcançar objetivos pontuais, quais sejam: promoção e prevenção da saúde na perspectiva da qualidade de vida, lazer, arte, cidadania e cultura utilizando-se da educação como principal aliada para a realização das atividades propostas nos programas de atendimentos realizados pelo IPES. Assim, o Instituto Pensar Saúde - IPES, pretende, com a realização do projeto proposto, promover ações integradas de proteção e promoção aos direitos humanos garantindo o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com ações educativas de promoção e prevenção para a qualidade de vida e desenvolvimento saudável com a oferta de atendimentos complementar por meio de atendimentos social nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, localizados no território administrativo de Ceilândia-DF. Como metas, serão realizados encontros informativos/educativos de prevenção as ISTs, Drogas, gravidez não planejada na adolescência, psicoeducação para saúde mental e também, a realização de triagem de acuidade visual na prevenção e identificação precoce de problemas oculares causados pelo uso excessivo de equipamentos eletrônicos/telas contribuindo para a redução dos danos permanente à visão de forma a garantir seus direitos sociais fomentando a emancipação plena desses cidadãos, fazendo com que se tornem multiplicadores de conhecimentos e de valores éticos e morais dentro de suas comunidades.

JUSTIFICATIVA

A garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil é um desafio. Já se passaram mais de 25 anos da criação do ECA e, mesmo com incontáveis avanços, desafios básicos ainda não foram superados. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são aproximadamente 60,5 milhões de brasileiros entre 0 e 19 anos. E, apesar de avanços em ações para a faixa etária, na opinião de especialistas, o país tem muito a evoluir. Dados do Cenário da Infância e da Adolescência no Brasil, lançado pela Fundação Abrinq, destacam que 17,3 milhões de crianças e adolescentes até 14 anos — 40,2% da população da faixa etária — vivem em domicílios de baixa renda. Desses, 5,8 milhões (13,5%) em situação de extrema pobreza. Quando os dados são analisados por regiões, é possível identificar que os locais com maior concentração de pobreza, consequentemente, têm mais crianças nessa condição. No Nordeste e no Norte estão os piores cenários, com 60% e 54%, respectivamente, vivendo em casas com renda per capita familiar inferior à metade do salário mínimo. "Há uma relação entre esses indicadores e as vulnerabilidades sociais. É preciso olhar para eles com atenção aos detalhes, com uma lupa. O Brasil é um país muito desigual e as crianças acabam sofrendo as consequências da desigualdade", comenta a administradora executiva da Fundação Abrinq, Heloisa Oliveira. As vulnerabilidades sociais estão intimamente relacionadas. Há consequências diretas para a criança inserida na baixa renda, entre elas, o aumento da violência, o estímulo ao trabalho infantil, ao tráfico de drogas, a falta de saneamento básico uma pior condição de saúde. Entretanto, Heloisa destaca que há fatores associados à pobreza, mas há outros que são resultado da falta de um olhar mais atento das autoridades públicas. Um dos exemplos está no Distrito Federal. Em 2015, mais de 56 mil pessoas foram assassinadas no país, segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Dessas, 10.465 tinham entre 0 e 19 anos e 159 eram do DF. A média brasileira de homicídios de crianças e adolescentes por armas de fogo foi 20,7% em 2015. No DF, 27,1%. Outro destaque negativo do DF no estudo está no ensino infantil, principalmente, até 3 anos. A média nacional de acesso à creche era de 30,4% em 2015. O número cai para 19,1% no Distrito Federal. "É um índice incompatível com o perfil social e de renda da unidade da Federação. É impressionante como o DF está mal neste indicador e vem estagnado. Não acompanhou a trajetória de crescimento do tema no Brasil", comenta Heloísa. Em recente contato com o Correio, a Secretaria de Educação do DF reforçou esforços feitos nos últimos anos para mudar a realidade. Segundo o órgão, entre 2016 e o início de 2017, foram ofertadas 4.416 novas vagas em creches públicas. No caso do território administrativo de Ceilândia onde pretendemos iniciar o nosso projeto, a cidade vem se desenvolvendo rapidamente e, com isso, enfrentando os problemas comuns dos grandes centros e das cidades a ela ligadas.

O Projeto Educar Para a Cidadania, visa à integração e articulação permanente na perspectiva da cidadania, educação e saúde, proporcionando a democratização na melhoria da qualidade de vida do público alvo.

Como consolidar essa atitude dentro das escolas? Essa é a questão que nos guiou para elaboração da metodologia das Agendas de Cidadania, Educação e Saúde, a serem executadas como projetos didáticos nas escolas do DF.

O Projeto tem como objetivo contribuir para a formação integral das crianças e adolescentes por meio de ações de promoção da cidadania com a oferta de educação, informação e prevenção em saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento do público alvo. As escolas é a área institucional privilegiada deste encontro de cidadania, educação e saúde: espaço para a convivência social e para o estabelecimento de relações favoráveis à promoção da cidadania e saúde pelo viés de uma atenção integral. Para o alcance dos objetivos e sucesso do projeto é de fundamental importância compreender a Educação Integral como um conceito que compreende a proteção, a atenção e o pleno desenvolvimento da comunidade.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL

PÁG: 3 de 9



TERMO DE FOMENTO TF-23/2024-SEJUS • PLANO DE TRABALHO № 123

Quanto às ISTs no DF, (Infecções Sexualmente Transmissíveis) são causadas por vírus, bactérias, ou outros microorganismos. Elas são transmitidas, principalmente, por meio de contato sexual sem preservativo, feminino ou masculino, com uma pessoa que esteja infectada. Também podem ser transmitidas da mãe para o bebê durante a gestação, parto ou amamentação, e de maneira menos comum, por meio de contato de mucosas ou pele não íntegra com secreções corporais contaminadas. Dados do Ministério da Saúde apontam que, entre 1980 a 2020, foram detectados no Brasil 1.011.617 casos de aids. O Distrito Federal ocupa a 27ª posição no ranking de detecção de casos da enfermidade entre as capitais, com taxa de detecção 14,7 casos por 100.000 habitantes (BRASIL, 2020a). As notificações de Sífilis na Federação, em 2019, chegaram a 72,8 casos de adquirida (Cada 100.000 mil habitantes), 20,8 casos em gestantes e 8,2 casos de sífilis congênita (Ambos há cada 1.000 nascidos vivos). Diferentemente dos diagnósticos de aids (27º posição), nos casos de sífilis a Capital encontra-se entre as dez unidades federativas com maiores taxas de sífilis congênita (8,4 por 1.000 nascidos vivos), e na gestação (15,4 por 1.000 nascidos vivos). As regiões administrativas com mais notificações no período de análise foram Ceilândia (134.633 mil jovens entre 12 e 29 anos) e Samambaia (71.721 mil jovens entre 12 e 29 anos), ambas com maior população na faixa etária estudada. RAs com menos habitantes, como Fercal (3,254 mil jovens entre 12 e 29 anos) e do SIA (797 jovens entre 12 e 29 foram detectadas https://www.codeplan.df.gov.br/codepan-divulga-panorama-das-infeccoes-sexualmente-transmissiveis-entre-os-jovens-no-df/

A gerente de vigilância de Infecções Sexualmente Transmissíveis da Secretaria de Saúde do DF, Beatriz Maciel Luz, explica que o caminho para a prevenção é o conhecimento e a conscientização. "O estudo sobre o panorama das IST entre os jovens no DF é de muita relevância já que essa população é considerada prioritária por estar mais vulnerável às infecções. Os jovens muitas vezes se colocam em situação de risco às ISTs (sexo sem proteção, consumo de álcool e outras drogas e exposição à violência) e, quando têm acesso ao conhecimento e à conscientização sobre a temática, podem reduzir os efeitos da vulnerabilidade; priorizando o autocuidado e a prevenção. O estudo demonstra o aumento do número de casos entre os jovens e, portanto, precisamos aprimorar as estratégias intra e intesetoriais (saúde, educação, assistência social e cidadania, por exemplo) de comunicação e de educação em saúde para falar sobre prevenção, diagnóstico e tratamento das infecções sexualmente transmissíveis.", https://ipe.df.gov.br/codepan-divulga-panorama-das-infeccoes-sexualmente-transmissiveis-entre-os-jovens-no-df/

Quanto a saúde mental de jovens e adolescentes, podemos dizer que é umas das etapas do desenvolvimento que mais foi afetada no período da pandemia motivada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença COVID-19, (OPAS-BRASIL, 2020; WHO, 2020a, b). As medidas de isolamento social impactaram um espectro maior da população, sendo os adolescentes especialmente vulneráveis ao adoecimento mental neste contexto, devido à importância dos pares e do convívio em grupo para essa faixa etária (BOHOSLAVSKY, 2007; BOWEN; WALKER, 2015; LEVY, 2013). As escolas foram fechadas, passando as aulas a serem online, impossibilitando os jovens se socializarem. Estudos apontam para o aumento de depressão, estresse e ansiedade, uso de substâncias psicotrópicas (FEGERT et al., 2020), dentre outros efeitos insalubres à saúde nesse período. Unidades de cuidado em saúde mental têm recebido uma demanda crescente de jovens e adolescentes e seus familiares em sofrimento à procura da ajuda. Esses serviços necessitam se adequar e se organizar para atender uma demanda cada vez maior. Neste capítulo vamos falar de adaptações e reorganizações que um serviço público de saúde mental especializado em atender adolescentes e seus familiares de Brasília realizou e vem realizado para melhorar sua prática assistencial, durante e após a pandemia de COVID 19.

https://publicacoes.abennacional.org.br/wp-content/uploads/2023/03/C06-Gustavo-Nepomuceno.pdf

Quanto a saúde ocular, a Organização Mundial da Saúde afirma que 90% dos casos de cegueira ocorrem nas áreas pobres do mundo e que 60% das cegueiras são evitáveis se diagnosticadas e tratadas precocemente. Segundo o IBGE (2010), 18,6% da população brasileira possui algum tipo de deficiência visual. Desse total, 6,5 milhões apresentam deficiência visual severa, sendo que 506 mil têm perda total da visão (0,3% da população) e 6 milhões, grande dificuldade para enxergar (3,2%). A análise aponta que 90% dos casos estão na faixa da população em pobreza e extrema pobreza. Pode-se inferir que o acesso à saúde é preponderante para que haja esse impacto negativo na saúde e no bem-estar da população do país. É possível afirmar que a saúde visual possui alto impacto no desenvolvimento educacional para crianças, adolescentes e jovens, bem como nos dados alarmantes sobre rendimento e evasão escolar no Brasil. A evasão escolar gera uma perda de 214 bilhões de reais ao ano para a sociedade, segundo estudo realizado pelo Insper com a Fundação Roberto Marinho. Da mesma maneira, as pessoas que já não estão em idade escolar acabam tendo o seu processo de inclusão produtiva profundamente afetado. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação), a nota calculada pelo IDEB dos alunos da cidade do Distrito Federal - DF é de 5,9 nos anos iniciais e de 4,9 nos anos finais do ensino fundamental. De acordo com os dados do IBGE (2022) em 2021 haviam 369.128 crianças matriculadas no ensino fundamental e 116.843 matrículas no ensino médio. O percentual de crianças com dificuldade para ler cresceu e passou de 15,5% em 2019, para 33,8% no ano de 2021, em razão da pandemia de COVID-19 divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os dados são relativos ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Crianças e adolescentes ja fazem parte de uma epidemia de casos no mundo. Distúbios visuais é cada vez mais na primeira infância e pode impactar no desenvolvimento dos pequenos. https://g1.globo.com/especial-publicitario/carl-zeiss-do-brasil/noticia/2023/10/30/miopia-progressiva-infantil-epidemia-com-aumento-de-ca sos-no-mundo-todo.ghtml

Portanto, ao realizarmos as AÇÕES - DE OLHO NA CIDADANIA, EDUCA MAIS, contribuimos para a democratização e o acesso a prevenção





TERMO DE FOMENTO TF-23/2024-SEJUS • PLANO DE TRABALHO № 123

das doenças oculares em decorrência ao uso excessivo de telas/equipamentos eletrônicos tornando-se fundamental para a melhoria dos indicadores sociais e da educação, além de contribuir para a identificação precoce de possiveis distúrbios da refração que influenciam a qualidade de vida das crianças e adolescente, no tempo presente e na construção de seu futuro. Com base nesses indicadores e considerando a escassez de recursos frente à demanda reprimida e crescente, o projeto incentiva novas práticas com tecnológia integrada que auxiliam no desenvolvimento e crescimento saudável do público alvo em vulnerabilidade social sendo necessário a atuação do Projeto EDUCAR PARA A CIDADANIA, a fim de facilitar o acesso às políticas públicas com cidadania e promoção aos direitos universais.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto "Educar Para a Cidadania" visa promover ações integradas de proteção e promoção aos direitos humanos de crianças e adolescentes alinhadas ao (ECA) com ações educativas de promoção e prevenção para a qualidade de vida e crescimento saudável com a oferta de atendimentos complementar por meio de ações social nas escolas públicas de ensino fundamental e médio localizadas no território administrativo de Ceilândia-DF. Como metas, serão realizados encontros informativos/educativos de prevenção as ISTs, Drogas, gravidez não planejada na adolescência, psicoeducação para saúde mental e também, a realização de triagem de acuidade visual na prevenção e identificação precoce de problemas oculares causados pelo uso excessivo de equipamentos eletrônicos/telas contribuindo para a redução dos danos permanente à visão de forma a garantir seus direitos sociais.

OBJETIVO GERAL:

Proporcionar encontros informativos/educativos com ações interativas e integrativas de prevenção para o crescimento e desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes na redução de agravos relacionados aos transtornos socioemocionais, drogas, gravidez não planejada na adolescência e também, acuidade visual em decorrência do uso excessivo de telas eletrônicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Contribuir para a efetivação da proteção social, promoção e defesa dos direitos;
- Garantir a equidade no acesso às políticas públicas de cidadania com promoção e prevenção para a qualidade de vida, assegurando oportunidades para as crianças e adolescentes em vulnerabilidade social;
- Contribuir com a melhoria do desenvolvimento de crianças e adolescentes da rede pública de ensino;
- Contribuir com a redução do número de crianças e adolescentes com problemas de visão;
- Contribuir com a redução da evasão escolar;
- Realizar de maneira gratuita, 15 encontros de psicoeducação para a saúde mental em 01 escola do ensino fundamental na Região administartiva de Ceilândia;
- Realizar de maneira gratuita 15 encontros educativos/informativos de prevenção as drogas/ISTs/gravidez não planejada na adolescência em 02 escolas públicas do ensino médio na Região administartiva de Ceilândia;
- Realizar de maneira gratuita, 2016 triagens de acuidade visual (TAVD) em 03 escolas públicas do ensino fundamental em virtude do uso excessivo de equipamentos eletrônicos/telas. (**Ação-De Olho na Cidadania, Educa Mais**);
- Elaborar o mapeamento do público atendido, sendo um importante instrumento para apoiar políticas públicas no território.

PÚBLICO ALVO/META DE ATENDIMENTO DIRETO/ACESSO:

Público-alvo: Crianças e adolescentes em situação ou não de risco social, de ambos os sexos.

Meta de Atendimento Direto: 3816 crianças/adolescentes.

Acesso: O projeto Educar para a Cidadania, será realizado com acesso gratuito ao publico alvo não havendo em hipótese alguma a cobrança de taxa para participação.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

CONTRAPARTIDA



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL

PÁG: 5 de 9

TERMO DE FOMENTO TF-23/2024-SEJUS • PLANO DE TRABALHO № 123

Não haverá contrapartida.

DETALHAMENTO DAS METAS E INDICADORES

META 1: Planejamento/Preparação das Atividades: Compor e organizar toda a equipe de
recursos humanos e prestadores de serviços especializados para execução das ações e
atividades do projeto.

Unidade/Público Alvo: ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

QTDE: 1

PRAZO: 10-12-2024 a 10-01-2025

Forma de Execução

Física.

Definição dos Meios/Parâmetros para Aferição

METAS A SEREM ATINGIDAS	INDICADORES DE AFERIÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS METAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Compor e organizar toda a equipe de recursos humanos e prestadores de serviços especializados para execução das ações e atividades do projeto	- Contratos assinados.	 Contratos de trabalhos assinados com escorpo de atividades/atribuições e currículos; Print das reuniões de planejamento e orientações; Relatório de atividades desenvolvidas; Notas fiscais emitidas; Registros fotográficos da equipe; Registro fotográfico dos itens adiquiridos.

META 2: Implementação/Realização das Atividades: Realizar 15 encontros informativos/educativos em 02 escolas do ensino médio sobre a temática - prevenção as ISTs/gravidez não planejada na adolescência/uso e consumo de álcool e outras drogas na Região administrativa de Ceilândia, alcançando um público total de 1500 participantes.

Unidade/Público Alvo: ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

QTDE: 1500

PRAZO: 10-02-2025 a 10-12-2025

Forma de Execução

Física.

Definição dos Meios/Parâmetros para Aferição

METAS A SEREM ATINGIDAS

INDICADORES DE

AFERIÇÃO DE

CUMPRIMENTO DAS

METAS

METAS



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE FOMENTO TF-23/2024-SEJUS • PLANO DE TRABALHO № 123

Meta 2

Realizar 15 encontros informativos/educativos em 02 escolas do ensino médio sobre a temática – prevenção as ISTs/gravidez não planejada na adolescência/uso e consumo de álcool e outras drogas na Região administrativa de Ceilândia, alcançando um público total de 1500 participantes.

- Declarações escolares emitidas.
- Declarações expedidas/assinadas pela escola quantificando o público alvo participante.

PÁG: 6 de 9

- Registros fotográficos das ações;
- Pesquisa de opinião expedida pela coordenação pedagógica sobre a qualidade dos serviços prestados.

META 3: Implementação/Realização das Atividades: Realizar 15 encontros/roda de conversa de psicoeducação sobre a temática - educação socioemocional em 01 escola do ensino fundamental na região administrativa de Ceilândia, alcançando um público total de 300 participantes.

Unidade/Público Alvo: ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

QTDE: 300

PRAZO: 10-02-2025 a 10-12-2025

Forma de Execução

Física.

Definição dos Meios/Parâmetros para Aferição

METAS A SEREM ATINGIDAS	INDICADORES DE AFERIÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS METAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Meta 3 Realizar 15 encontros/roda de conversa de psicoeducação sobre a temática – educação socioemocional em 01 escola do ensino fundamemtal na região administrativa de Ceilândia, alcançando um públicolico total de 300 participantes.	- Declarações escolares emitidas.	 Declarações expedidas/assinadas pela escola quantificando o público alvo participante. Registros fotográficos das ações; Pesquisa de opinião expedida pela coordenação pedagógica sobre a qualidade dos serviços prestados.

META 4: Implementação/Realização das Atividades: Realizar 2016 triagens de acuidade visual/TAVD, em 03 escolas do ensino fundamental na Região de Ceilândia.

Unidade/Público Alvo: ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

QTDE: 2016

PRAZO: 10-02-2025 a 10-12-2025

Forma de Execução

Física.

Definição dos Meios/Parâmetros para Aferição

METAS A SEREM ATINGIDAS

INDICADORES DE AFERIÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS METAS

MEIOS DE VERIFICAÇÃO



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL

PÁG: 7 de 9

TERMO DE FOMENTO TF-23/2024-SEJUS • PLANO DE TRABALHO № 123

Meta 4

Realizar 2016 triagens de acuidade visual/TAVD, em 03 escolas do ensino fundamental na Região de Ceilândia.

- Declarações escolares emitidas.

- Declarações expedidas/assinadas pela escola quantificando o público alvo participante;
- Registros fotográficos das ações;
- Pesquisa de opinião expedida pela coordenação pedagógica sobre a qualidade dos serviços prestados.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

	CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: CUSTEIO/SERVIÇOS DE TERCEIROS				
Item	Descrição	Qt. Item	Un.	VIr Unit.	Valor Total
1	COORDENADOR DE PROJETO (CBO 1210-10). Profissional que articula a visão estratégica com foco nas ações do plano de trabalho bem como a implementação prática das diversas atividades do projeto. Este papel é essencial para assegurar que os objetivos específicos do projeto sejam alcançados de forma eficaz e eficiente. As principais responsabilidades da Coordenação de Projeto incluem: Planejamento detalhado e execução de atividades; supervisão diária e controle de qualidade. Carga Horária: 20h-Semanal (Presencial/Home-Office) Pré-requisito: Profissional com ensino superior completo e experiência na área de coordenação e planejamento de projetos sociais. Regime de Trabalho: MEI	12,00	MÊS (MENSAL)	2.500,00	R\$ 30.000,00
2	COORDENADOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO (CBO 4101-05). Profissional responsável pela gestão financeira e negocial do projeto, efetuar pagamentos e fluxos financeiros, bem como cumprimento de prazos determindados em contratos de fornecedores, execução dos cronogramas de pagamentos, arquivamento e controle de comprovantes, relacionamento com fornecedores e demais funções pertinentes as atividades em questão. Carga Horária: 20h-Semanal (Presencial/Home-Office) Pré-requisito: Profissional com ensino superior completo e experiência na área financeira e administração. Regime de Trabalho: MEI	12,00	MÊS (MENSAL)	2.500,00	R\$ 30.000,00
3	ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL/SOCIAL MEDIA Empresa responsável pela comunicação nas redes sociais criadas pelo projeto social - facebook e instagram ao longo de 12 meses. Regime de Contrato: PJ/MEI.	12,00	MÊS (MENSAL)	2.100,00	R\$ 25.200,00

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL

PÁG: 8 de 9

TERMO DE FOMENTO TF-23/2024-SEJUS • PLANO DE TRABALHO Nº 123

Item	Descrição	Qt. Item	Un.	VIr Unit.	Valor Total
4	ASSESSORIA EM SERVIÇOS CONTÁBEIS. Empresa responsável pela conformidade contábil do projeto e da instituição seguindo os preceitos das normas brasileiras de contabilidade e posterior entrega de relatório contábil pelo período do projeto. Regime de Contrato: PJ/MEI.	12,00	MÊS (MENSAL)	850,00	R\$ 10.200,00
5	SERVIÇOS GRÁFICOS - IMPRESSÃO DE BANNER. Empresa responsável pela confecção de banner 90x120 cm em lona com acabamento vinil com bastão e cordinhas para divulgação do projeto. Regime de Contrato: PJ	2,00	SERVIÇO	65,00	R\$ 130,00
6	TRIAGEM VISUAL. Profissional responsável por realizar triagem ocular preventiva (Pré-avaliação) com equipamento portátil (auto-refrator) não invasivo e não midriático de alta performance em escolas públicas do DF (ensino fundamental). Unidade de Medida: Unidade/Aluno Pré-requisito: Profissional com ensino superior completo com experiência em triagem visual e projetos sociais. Regime de Trabalho: MEI	2.016,00	UNIDADE (UN)	45,00	R\$ 90.720,00
7	RODA DE CONVERSA DE PSICOEDUCAÇÃO/SAÚDE MENTAL. Encontros/roda de conversa de psicoeducação para prevenção aos transtornos socioemocionais de crianças e adolescentes em 01 (uma) escola do ensino infantil para um público mínimo de 20 participantes por encontro na região administrativa de Ceilândia. Unidade de Medida: Unidade/Encontros Educativos Pré-requisito: Profissional da área da saúde (psicóloga) com ensino superior completo com experiência em palestras e projetos sociais. Regime de Trabalho: PJ Obs: No campo observações da nota fiscal, constará os dados do profissional contratado.	15,00	UNIDADE (UN)	550,00	R\$ 8.250,00
8	GRUPO DE TEATRO/ESPETÁCULO. Encontros educativos/informativos na modalidade de teatro/espetáculo de tema - prevenção às drogas/ISTs/gravidez não planejada na adolescência em escolas públicas do ensino médio na região administrativa de Ceilândia-DF, com duração de 45 minutos para um público mínimo de 100 participantes por apresentação. Regime de Contrato: PJ/MEI.	15,00	UNIDADE (UN)	3.700,00	R\$ 55.500,00
					R\$ 250.000,00

TOTAL GERAL: **R\$ 250.000,00**

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL

PÁG: 9 de 9

TERMO DE FOMENTO TF-23/2024-SEJUS • PLANO DE TRABALHO № 123

FONTE	PROGRAMÁTICA		
100 - TESOURO - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	14.422.6211.9107.391		
TIPO	NATUREZA DE DESPESAS	VALOR	
GDF	C: 335043	R\$ 250.000,00	
PARCELA	MÊS/ANO	VALOR DA PARCELA	
1	12-2024	R\$ 250.000,00	



Documento assinado eletronicamente por **Katia Constantino Ximango**, CPF/CNPJ:***.**159.801-****, em **12-12-2024, às 18:06**, conforme art. 6° do Decreto N° 45.755, de 30 de abril de 2024, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n° 33-B, de 30 de abril de 2024 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: https://parcerias.df.gov.br/consulta/projeto/chave/TVRJeg